



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
O Status da Categoria Imperialismo na Teoria Marxista: notas preliminares a partir do debate clássico			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Hugo F. Corrêa	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>É fato sempre lembrado que constava nos planos de estudo de Marx a pretensão de dedicar um volume, jamais escrito, de O capital apenas à análise da articulação do mercado mundial. Nessa obra, Marx procurou descrever os traços fundamentais da presente formação social: como posto ainda no prefácio da primeira edição, sua “finalidade última” era descobrir a “lei econômica de movimento da sociedade moderna”. Considerar, portanto, que o autor pretendia dedicar volumes da obra às análises do comércio exterior e do mercado mundial pode, igualmente, apontar para o fato de que a expansão mundial do capital era ela mesma dotada de legalidades que fazem parte das leis gerais de desenvolvimento capitalista. De fato, independentemente das circunstâncias que impossibilitaram o autor de cumprir tal plano, há em sua obra inúmeras indicações que apontam para a vocação do capital de se auto-ampliar, de se expandir geograficamente e formar efetivamente o mercado mundial. O caráter inconcluso da obra marxiana deu ensejo a propostas de continuação e, justamente com essas propostas, vinham a público, não muito depois do óbito do autor, as primeiras teorias do imperialismo de inspiração marxista. O problema é que, como uma análise cuja proposta era de observar o desenvolvimento historicamente concreto do capitalismo, a teoria do imperialismo se localizava em nível de abstração diferente daquele proposto por Marx. O presente tem por objetivo o modo como foi tratada a questão do imperialismo nessas teorias procurando delimitar qual seria então o status teórico de tal categoria.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Teoria do imperialismo; Economia Política; Fases do capitalismo			
ABSTRACT			
<p>This paper aims to debate the theoretical problems around the category imperialism in Marxist thought. To discuss some of the key elements of the theory of imperialism throughout all these years of debate, and indicate what should be its locus within Marxist theory, we try to resume the debate on imperialism within the classic authors, paying particular attention to the theories put forth by Hilferding, Lenin, Bukharin, Kautsky and Luxemburg, and interrogate about whether or not this theories may be correctly seen as a continuation of Marx's Capital.</p>			
KEYWORDS			
Theory of imperialism; Political Economy; Phases of capitalism			

Dentre a literatura marxista – dentre todas as obras dessa literatura, de fato – um dos mais notáveis fenômenos é o livro escrito por Hilferding sobre o capital financeiro. Em certo sentido ele pode ser considerado uma continuação do *Capital* de Marx. – Karl Kautsky (1911).

1. Introdução

O presente artigo é parte de um trabalho mais amplo, ainda em elaboração, que busca discutir o ressurgimento recente dos debates sobre *imperialismo* à luz dos problemas lançados um século antes, pela assim chamada teoria clássica do imperialismo: Hilferding em 1910, Kautsky em 1912, Luxemburgo em 1914, Lênin e Bukharin em 1917. Durante grande parte do século XX, a teoria do imperialismo foi uma das áreas de mais intenso debate no interior do marxismo. Em grande medida, isso se devia ao julgamento grandioso atingido já no momento de formação desse debate: o diagnóstico de que, dado o caráter sabidamente inconcluso da obra de Marx e suas pretensões nunca realizadas de dedicar o último volume de *O capital* à análise do mercado mundial, aquela teoria poderia ser encarada como uma *continuação da obra marxiana*.

Apesar da proposta ambiciosa, a maioria das análises formuladas nesse período clássico tinha como traço comum justamente o reconhecimento de que o capitalismo, naquele período, começava a atravessar uma nova etapa histórica – ainda que os diferentes autores divergissem quanto ao sentido da categoria imperialismo e ao papel que esta desempenhava dentro dessa nova etapa. Assim, o debate sobre o imperialismo se forma no interior do marxismo com uma relação dupla de continuidade e ruptura com relação a sua referência principal, a teoria de Marx, e as indefinições jamais resolvidas do debate clássico acabaram por deixar em aberto qual seria o lugar mais adequado para a categoria imperialismo no interior da teoria marxista.

Com o intuito de entender qual o *status* teórico da categoria no interior da análise marxista em seu período clássico, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na seção 2, procura-se discutir os principais elementos analíticos da teoria clássica do imperialismo, diferenciando-as de acordo com o modo como foi definido imperialismo em cada uma delas. Na seção 3, é problematizada a questão fundamental do artigo, tentando levantar elementos que nos ajudem a entender o lugar que a categoria deveria ocupar, segundo cada interpretação. Por fim, a seção 4 dedica-se a uma breve conclusão.

2. As análises marxistas clássicas do imperialismo

2.1. O imperialismo como a política de uma nova fase

A Europa vivia às vésperas da Primeira Guerra Mundial quando foi publicada aquela que se tornaria uma das mais influentes obras marxistas da história, *O capital financeiro*, do austríaco Rudolf Hilferding. Embora não contasse ainda com o subtítulo que anunciava desde o princípio o intuito de tratar da “última fase do desenvolvimento capitalista”, a narrativa de Hilferding era

construída sobre a perspectiva de, simultaneamente, continuar a obra de Marx e diferenciar-se deste – não por diferenças teóricas, mas porque o próprio capitalismo haveria evoluído para um momento histórico algo diverso.¹ A principal dessas mudanças diria respeito à formação de gigantescos grupos empresariais capitalistas, cuja extensão abrangia áreas cada vez maiores, tanto no que dizia respeito a seus ramos de atuação, quanto no que tangia seu alcance geográfico, e que, ao mesmo tempo, apresentava ligações cada vez mais intrínsecas – no limite, “pessoais”, como observou Hilferding (1985, p. 219) – com o setor bancário. A formação desses “conglomerados capitalistas”, sob a forma de trustes e cartéis, denotava, na interpretação de Hilferding, o fim de uma era de toda uma do capitalismo que fora marcada pela “livre-concorrência”.

Do ponto de vista teórico, a *supressão da livre-concorrência* deveria ser interpretada inicialmente tomando por base a exacerbação das tendências à concentração e à centralização de capital – bem como o papel particular desempenhado pelo capital bancário na manifestação dessas tendências.² Não convém aqui recuperar mais extensamente a explicação de Hilferding para limitação da concorrência daí oriunda (ademais ligada em seu argumento às dificuldades do capital de alcançar a taxa de lucro média no momento em que o capital fixo ganha dimensões muito expressivas, bem como à capacidade que o grandes capitais tinham de se apropriar do lucro de capitais menores), mas sim observar que essa mudança foi capturada justamente na categoria que dá título a sua obra, o capital financeiro. (Ibidem, p.179-202) A categoria capital financeiro é, provavelmente, o mais duradouro legado de Hilferding à teoria marxista. Como exposto na passagem clássica:

Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. *Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial.* Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais. (Ibidem, p. 219. Grifos nossos)

¹ Como exposto por Hilferding (1985, p. 27) no prefácio da obra: “Nas páginas seguintes, tentaremos chegar a uma compreensão científica dos fenômenos econômicos referentes ao desenvolvimento capitalista mais recente. Isso significa incorporar esses fenômenos ao sistema teórico da Economia Política clássica, que começa com W. Petty e encontra sua expressão máxima em Marx. Os traços mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na ‘abolição da livre-concorrência’, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata, como se demonstrará mais adiante, pormenorizadamente”.

² A oposição entre *concorrência* e *monopólio*, marcada desde o início na obra de Hilferding, e as dificuldades teóricas a ela associada serão analisadas com maiores detalhes na seção 3 do presente artigo.

O resultado dessa associação é que, segundo o autor, “a indústria cai, cada vez mais, na dependência do capital bancário” e, assim, “o magnata do capital, o capitalista financeiro, concentra a disposição de todo o capital nacional em forma de domínio do capital bancário”. (Ibidem) Praticamente todos os estudos posteriores sobre a questão do imperialismo se apoiariam de modo decisivo no conceito de capital financeiro – com a exceção notável de Rosa Luxemburgo (como discutido à frente).

Em primeiro lugar, a razão pela qual o estudo do capital financeiro se tornava tão importante para a análise do imperialismo dizia respeito à escala de atuação do capital. A tendência à formação de uma economia mundial já se apresentava, naquele momento, como uma tendência secular. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm,

[O] fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. [...] Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século. Ela continuou a crescer – menos notavelmente em termos relativos, porém mais maciçamente em termos de volume e cifras – entre 1875 e 1914. (HOBSBAWM, 2009, p. 106)

O próprio Marx já havia em diversas passagens de sua obra assinalado a “vocaçãõ globalizante” da economia mundial e sua tendência a conformar o mercado mundial. Entretanto, como notado por Hobsbawm na passagem supracitada, essa tendência ganhava novas proporções naquele momento. Esse fenômeno era explicado pela potencialização das forças produtivas sob a égide do capital financeiro. Como observa Bukharin (1988, p. 17 *et seq.*), uma vez que as forças produtivas atingem certo grau de maturidade, torna-se progressivamente mais importante a economia mundial. Desse modo, *pari passu* ao desenvolvimento do capitalismo ocorre o desenvolvimento da própria economia mundial, de uma parte com a ampliação extensiva dos laços econômicos, incluindo crescentemente novas regiões anteriormente marginais ao sistema capitalista; de outra, com a ampliação intensiva desses laços, que se daria pela multiplicação e concentração das relações econômicas entre regiões capitalistas.³

Em segundo lugar, porém, essa aceleração da conformação da economia mundial dar-se-ia de modo necessariamente contraditório. Sob os auspícios da “concorrência cega” dos capitais, acentuava-se, apesar de a produção ser dirigida cada vez pelo mercado mundial, seu caráter

³ Assim, do mesmo modo que, para Marx, o capital aparece como elemento socializador da produção, potencializando a força produtiva do trabalho, o capital financeiro ao mesmo tempo em que amplia no plano nacional essa socialização, também a expande ao plano internacional, transformando a produção particular de cada país em elemento da produção social na divisão internacional do trabalho. Essa divisão internacional do trabalho poria em contato as unidades produtivas de qualquer parte do mundo, fosse de forma direta ou indireta, através de modos mais simples (como o intercâmbio direto de mercadorias no mercado mundial) ou mais complexos (como os empréstimos internacionais, o investimento no estrangeiro, os fluxos migratórios etc.), mas seu resultado seria sempre um só: a consolidação da economia mundial.

particularmente local.⁴ Esse fato fora imediatamente percebido por Hilferding (1985, p. 306), ao observar o aumento da importância dos territórios econômico advindo da nova etapa histórica do capitalismo. Tratava-se, então, para cada capital de buscar dominar um território tão extenso quanto fosse possível e de protegê-lo com todas as armas que lhe fossem dadas, especialmente forçando a adoção de políticas protecionistas, para garantir uma espécie mercado consumidor cativo para suas mercadorias, ao mesmo tempo em que permitia a apropriação dos recursos naturais ali existentes.⁵ Nesse sentido, a teoria do imperialismo concedia uma explicação a um dos mais importantes fenômenos do período, o protecionismo, que se disseminava por grande parte do mundo e que dava à “limitação da concorrência” contornos mundiais.

É claro que a disseminação do protecionismo, de modo concreto, encontrava-se associada a diversas questões. Segundo Hobsbawm (2009, p. 70-72), do ponto de vista da produção agrícola, o protecionismo se explicava por um dos fatos mais importantes da história econômica do século XIX: a Grande Depressão que assolou o mundo capitalista entre 1873 e 1896. A Depressão manifestou-se sob a forma de um longo período deflacionário, deprimindo preços (e lucros, conseqüentemente) especialmente na agricultura. O problema era que a produção agrícola, “que havia aumentado muito no decorrer das décadas precedentes, agora inundava o mercado mundial, até então protegido da concorrência estrangeira pelo custo elevado do transporte”. (Ibidem, p. 66) A reação em grande parte dos países, que, diferentemente da Inglaterra, não estavam dispostos a assistir inertes a atrofia de seu setor agrícola interno, foi a proteção contra o comércio externo. Simultaneamente, para o setor industrial o protecionismo também foi utilizado como forma de prevenir um efeito potencialmente destrutivo da concorrência, mas desde esse ponto de vista, ele tinha outra função: a de possibilitar a industrialização. Hilferding (1985, p. 295) notava, contudo, que mesmo que o protecionismo, particularmente no caso da proteção à indústria, pudesse responder inicialmente às necessidades de defesa da produção local, ele rapidamente transfigurava-se também em uma arma ofensiva utilizada pelo capital na concorrência internacional.

Por fim, Hilferding (1985, p. 283) considerava que, nessa era do capital financeiro, o aumento de poder do capital garantido por sua majorada concentração mudava qualitativamente a

⁴ Segundo Bukharin (1988, p. 54): “E se a internacionalização dos interesses capitalistas exprime apenas um lado da internacionalização da vida econômica, torna-se também indispensável conhecer o outro lado que ela contém: isto é, o processo de nacionalização dos interesses capitalistas, que traduz mais expressivamente a anarquia da concorrência capitalista no quadro da economia mundial, conduz às comoções violentas e às catástrofes, a um imenso desperdício de energia, e coloca imperiosamente na ordem do dia o problema da organização de novas formas de vida social”.

⁵ Sistematiza Hilferding (1985, p. 306), colocando a coisa em termos mais gerais: “a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais”. Como se pretende deixar claro na sequência ao se referir a essa política, Hilferding já está falando do imperialismo.

relação entre capital e Estado. Na concepção proposta por Hilferding – acompanhada e mesmo aprofundada por Bukharin (1988, p. 57; 1982, p. 8-9) –, as concepções burguesas orientavam já há muito a política estatal, que seguia portanto defendendo, em todos os casos, os interesses particulares da burguesia. Não obstante, na nova fase de desenvolvimento do capitalismo, o Estado passava, de “mero defensor” dos interesses burgueses, a agente direto do capital, o que significava que a concorrência capitalista passava nesse momento a expressar-se sob a forma de concorrência entre Estados nacionais.

De acordo com a perspectiva ora apresentada, seria possível em cada “fase” por que passou o capitalismo identificar o tipo de política que lhe seria adequada: em seus primórdios, na época do “capitalismo comercial”, saudou-se com bons olhos a intervenção estatal, interna e externamente, e tornou-se prática a política mercantilista; em sua “fase industrial”, a política do capital tornou-se oposta, condenando qualquer interferência estatal e adotando o liberalismo; finalmente, com a era do “capital financeiro” sua política não poderia ser outra senão o *imperialismo*, mas, nesse caso, o Estado não somente recuperava seu poder e suas funções, limitadas no período liberal, mas absorveria todas as outras formas de organização do capital, tornando-se sua única organização universal.⁶

O imperialismo aparece, portanto, nessa ótica como a *política* particular à era do capital financeiro – bem como a forma ideológica que lhe justificava. Tomando em síntese o conjunto desses últimos pontos, chegamos, enfim, à primeira caracterização do imperialismo na teoria marxista. O imperialismo poderia ser descrito como uma política expansionista, de conquista e dominação territorial com o fim de controlar fontes de recursos primários e garantir a ampliação do raio de valorização do capital (por meio da ampliação da escala produtiva interna para exportação de mercadorias, ou por meio da própria exportação de capital). Nas palavras de Bukharin (1988, p. 95. Grifos do original):

Desnudamos os três objetivos essenciais da política de conquista dos Estados capitalistas contemporâneos: o agravamento da concorrência pela posse dos escoadouros de mercadorias, dos mercados de matérias-primas e das esferas de investimento de capital – eis a que conduziram o novo desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em capital financeiro. Ora, no fundo, essas três raízes da política do capitalismo financeiro são apenas *três aspectos de um mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção.*

Na medida em que o Estado se tornava aí um ator fundamental – tanto na conquista territorial (implementada, no limite, pela força militar), quanto em virtude de sua capacidade de impor medidas protecionistas – a concorrência entre capitais passava a tomar a forma de um sistema

⁶ Cf. Bukharin (1982, p. 28 *et seq.*). Particularmente sobre o último ponto, diz Bukharin: “Se o liberalismo e o capitalismo industrial eram a negação do mercantilismo e do capital comercial, então o imperialismo, tendo o capitalismo financeiro como sua base, é a negação da negação do ponto de vista do desenvolvimento das funções do poder estatal”. (Ibidem)

de rivalidades internacionais. Esse sistema expressar-se-ia no raiar do século XX, por um lado, no neocolonialismo, com a partilha de todo o mundo entre as grandes potências capitalistas, e, por outro, no acirramento das animosidades entre essas potências, refletida no crescente militarismo que culminaria na eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Finalmente, cabe tecer um breve comentário sobre um segundo aspecto do imperialismo nesse linha interpretativa, mencionado apenas *en passant* anteriormente, o reconhecimento do imperialismo como um *discurso* em prol da política homônima. A ideia é, basicamente, que, em sua luta pelo domínio de regiões cada vez mais distantes e territórios cada vez mais extensos, o capital financeiro criaria a forma ideológica que lhe corresponde. Sua importância não era desprezível. Lembrando que a formação dos Estados nacionais era nesse momento um fenômeno ainda mais ou menos recente, Hobsbawm (2002, p. 125 *et seq.*) observa que desde meados do século XIX o nacionalismo desempenhava o *mais importante* papel na política internacional – não obstante o fato de que a ideia de “nação” daquele momento não possa ser tomada sem qualificativos, já que ela sequer se ligava diretamente à territorialidade ou ao Estado. Assim, o imperialismo se apresentava sob a forma da defesa de interesses econômicos, mas, para além disso, convertia-se também em argumentos de superioridade racial, de afirmação ufanista etc., enfim uma ideologia capaz de oferecer argumentos que justificassem o desejo de ubiquidade do capital financeiro e seus atos de força sobre nações adversárias.

2.2. Da política de uma fase à nova fase em si: o imperialismo em Lênin

Em 1916, veio a público a obra pela qual a teoria do imperialismo ficaria mais conhecida, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, de Lênin. A obra de Lênin radica-se no mesmo tronco interpretativo das análises teóricas de Hilferding e Bukharin. Tal e qual Hilferding, o aspecto analítico singular de maior importância para entender a nova etapa que atravessava o capitalismo era, em Lênin (1979), a suposta limitação da concorrência oriunda da emergência do capital financeiro. Uma diferença sensível, entretanto, se colocava entre as perspectivas de Hilferding e Lênin: enquanto aquele tratou do imperialismo como a política do capital financeiro, para este o imperialismo não é apenas uma política, é, ele mesmo, a nova fase do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, ele afirmaria que “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”.⁷ Por outro lado, recusando as definições excessivamente sintéticas, Lênin sugere que um tratamento mais

⁷ Lênin (1979, p. 641). E continua o autor: “Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido”. (Ibidem)

extensivo da questão passava necessariamente por reconhecer diversos traços gerais dessa fase.

Como exposto na passagem sempre lembrada:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. *O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.* (LÊNIN, 1979, p. 641-2. Grifos nossos.)

Aliás, para Lênin o imperialismo não representava só uma nova fase do capitalismo, mas, como indicado já no título da obra, sua fase superior.⁸ A definição de Lênin do imperialismo já suscitou diversas críticas, notadamente pelo fato de que apresentaria uma série de elementos a serem considerados sem explicitar a conexão precisa entre eles.⁹ Sem embargo, esse tipo de crítica parece, muitas vezes, perder de vista um fato muito mais fundamental –que, como destacado na passagem supracitada, Lênin está identificando o imperialismo a toda uma nova fase e *também ao próprio modo de produção capitalista.*

Apesar dessa divergência fundamental, o panorama da análise leninista é bastante semelhante àquele desenvolvido por Hilferding e Bukharin.¹⁰ Nesse sentido, o fato de a obra de Lênin ter se tornado bem mais disseminada que as demais pode ser interpretada como um sucesso do autor em seu intuito de elaborar seu opúsculo como uma obra para “popularização” do tema. Sem embargo, é preciso também reconhecer a originalidade da obra de Lênin em alguns aspectos.

⁸ Segundo Andreucci (1984, p. 274), a primeira edição do livro, datada de 1917, intitulou-se “Imperialismo, etapa mais recente do capitalismo (ensaio popular)”. Considerado como a fase contemporânea do capitalismo, o conceito de imperialismo registraria “apenas” as mudanças internas do modo de produção capitalista no início do século XX e deixaria espaço para a rediscussão da contemporaneidade conforme essa mesma fosse se alterando. De outro modo, quando qualificado como fase superior do capitalismo, o imperialismo pode mais facilmente ser entendido como parada terminal desse modo de produção – ideia que, na narrativa de Lênin, é reforçada por considerações como aquela segundo a qual nessa fase o capitalismo já se encontra “em decomposição” (como veremos melhor adiante). Seja como for, qualquer um que pretenda discutir a esse respeito deveria ter em mente algumas coisas. Primeiro, Lênin aprovou ambas as formas dadas ao título. Isso dá a entender, nos parece, que o autor muito provavelmente considerava as duas formas como realmente intercambiáveis ou, ao menos, igualmente apropriadas. Logo, a questão do título só se torna de fato uma questão a partir do debate que se estabelece entre os leitores de sua obra. Mas, assim sendo, há outra parte do subtítulo original que deveria ser considerada ao menos tão elucidativa quanto, a saber, a expressão “ensaio popular”. Em outras palavras, caso se pretenda discutir, partindo de seu título, em que medida a teoria de Lênin apresentava um caráter teleológico (isto é, uma visão fatalista da história), então parece que é mais relevante lembrar que o texto foi escrito como um panfleto. Isto não deveria diminuir sua obra, mas torna necessário tomar com mais reservas certas afirmações mais taxativas.

⁹ Cf., por exemplo, Brewer (1990, p. 122).

¹⁰ No caso deste, com quem a similaridade é ainda mais notável, Astarita (2009, p. 17) atesta que o próprio Bukharin teria admitido, com Lênin, que de fato existiria uma identidade entre o imperialismo e a etapa monopolista do capitalismo.

Frequentemente destaca-se que esse ponto da teoria leninista contém o que se considera ser uma das principais “descobertas teóricas” do autor: o conceito de *desenvolvimento desigual* (entendido como referência à divergência no modo de desenvolvimento de economias nacionais). Não é nossa intenção retomar aqui o debate sobre os rumos e a importância que tal conceito viria a adquirir, no entanto, convém observar que a formulação, ainda que breve, de Lênin baliza grande parte do que se debateu posteriormente: de um lado, ele adverte que a maciça exportação de capital forneceu “uma sólida base para o jugo e exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos” (LÊNIN, 1979, p. 622); de outro, o autor considera a inversão capitalista no estrangeiro sob o prisma de acelerar o desenvolvimento daquelas regiões: “A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente”.¹¹ (Ibidem, p. 623)

O desenvolvimento desigual e a exportação de capital mostram qual a política internacional do capital financeiro: a partilha do mundo pelas grandes potências imperialistas, nos termos de Lênin.¹² De acordo com o autor, a simples ligação entre os mercados interno e externo dos países capitalistas, posta já com o desenvolvimento do mercado mundial, antes mesmo do capitalismo financeiro, cria condições vantajosas para a partilha do mundo pelo capital, que busca controlar as fontes de matérias-primas, suprimir a concorrência, ampliar os trustes e cartéis internacionais. Mas o traço característico do período imperialista – expresso no item (5) da definição supracitada de Lênin – é que essa tendência expansiva é imensamente potencializada justo em um momento em que não mais havia territórios livres de domínio. Por um lado, com isso teriam lugar outras formas de controle do capital financeiro sobre os territórios menos desenvolvidos:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.¹³ (Ibidem, p. 639)

¹¹ Lênin (Ibidem) prossegue observando que “Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo”. Segundo ele, os países desenvolvidos dispõem de instrumentos para se beneficiar de tal arranjo, implementando cláusulas a empréstimos, forçando os hospedeiros de seu capital a adquirir suas mercadorias etc.

¹² O conceito de *desenvolvimento desigual* tornou-se posteriormente um dos mais utilizados pelos marxistas, especialmente sob a forma que lhe concedeu Trotsky, com a ideia de *desenvolvimento desigual e combinado*.

¹³ Segundo Lênin (1979, p. 636) essa forma de domínio, mantendo a independência formal, não seria a forma “mais cômoda” para a política imperialista no período, mas aquela que acaba por emergir em um momento no qual o “resto do mundo já se encontrava repartido”. Vale observar, no entanto, que ainda admitindo que o autor tenha razão no que tange a época que analisou, sua observação contribuiu em grande medida para formulações mais recentes sobre imperialismo. Esse ponto por ele levantado remete particularmente à teoria da dependência, desenvolvida na América

Simultaneamente, a busca de expansão territorial do capital não exclui nunca a possibilidade de *repartilha* e conduz, dessa forma, ao conflito de interesses e ao acirramento da rivalidade entre as potências capitalistas. Estariam aí as razões para a escalada do militarismo, a corrida armamentista e, é claro, a guerra entre as nações.

2.3. Apartando o imperialismo da periodização histórica do desenvolvimento capitalista: Kautsky e Luxemburgo

Entre a publicação de *O capital financeiro* de Hilferding, em 1910, que, como visto, caracterizava o imperialismo a política do capital em uma nova fase histórica do capitalismo, e a publicação de *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, de Lênin, em 1916, que radicalizaria a ligação entre tal fenômeno e a tentativa de periodizar o desenvolvimento capitalista, dois autores de destaque no cenário marxista defenderam posição radicalmente diversa. Para Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, cada um por seus próprios motivos, o imperialismo não se encontrava necessariamente ligado à emergência de uma nova etapa da história. Nenhum dos dois contrariou a possibilidade, ou mesmo a necessidade, de admitir a existência de uma nova fase, mas o tratamento dispensado por ambos à categoria imperialismo podia prescindir dessa referência. Vejamos melhor cada uma dessas análises, começando por Kautsky.

A exemplo de Hilferding e Bukharin, Kautsky definiu o imperialismo como uma *política*. Apesar dessa semelhança inicial, Kautsky elaborou sua teoria do imperialismo de modo significativamente divergente – tanto no que tange aos mecanismos generativos da política imperialista, quanto, e principalmente, no que tange a suas consequências efetivas. No registro de Kautsky, o traço mais marcante dessa política seria dado pela necessidade das nações capitalistas de subjugar áreas agrícolas, em virtude crescente desproporção entre a produção industrial e a produção agrária ocasionada pelo desenvolvimento capitalista.¹⁴

Segundo Kautsky, embora o descompasso entre a produção agrícola e a produção industrial estivesse permanentemente latente durante a história, apenas com o advento da produção capitalista que esse problema se agravava.¹⁵ No entanto, a produção capitalista precisaria garantir a apropriação

Latina na década de 1970, e ao debate mais recente de “império informal”, como elaborado por Panitch & Gindin (2006).

¹⁴ Cf.: Kautsky (2002, p.446).

¹⁵ A questão é que na produção capitalista as possibilidades de aumento da produtividade industrial (frente à produtividade agrícola) seriam imensamente potencializadas: primeiro, porque o capitalista não se importa com as condições de vida dos produtores diretos, diversamente do que ocorria anteriormente, sendo possível estender a jornada de trabalho dos trabalhadores individuais; segundo, porque pode aumentar sua massa de lucros (termos do autor) pelo aumento de trabalhadores empregados – e ainda mais pela reunião desses trabalhadores em um mesmo local; terceiro, porque as possibilidades de aumento da produtividade agrícola são imensamente mais limitadas pela própria disponibilidade de terras, o que é ainda agravado pelas possibilidades de o capital acumulado no campo ser empregado alternativamente sob forma de ações, na indústria ou nas ferrovias (Ibidem, p. 451); por fim, porque o progresso tecnológico tem efeitos muito diversos sobre a indústria e a agricultura, na medida em que gera nesta uma redução no número de trabalhadores que não é apenas relativa, como na indústria, mas absoluta. Por outro lado, observa Kautsky, à

de bens agrícolas a qualquer custo, sob pena de ser interrompida pelas crises. Essa necessidade se manifestaria no capitalismo contemporâneo por uma política de anexação dos territórios agrários, o imperialismo. Para Kautsky, de modo algo paralelo a Hilferding e Bukharin, o imperialismo estaria para o capitalismo desenvolvido do início do século XX, como o liberalismo estava para o capitalismo do século XIX. Em seu argumento, o livre comércio havia sido o meio pelo qual a Grã-Bretanha conseguiu acessar o território agrícola estrangeiro, ao mesmo tempo em que supria sua falta de demanda. Quando, porém, a produção industrial se disseminou entre outros Estados, a política liberal teria dado lugar ao protecionismo, abrindo, assim, um movimento de competição internacional pelo controle das regiões agrícolas do mundo.

Desse modo, em Kautsky, o imperialismo surge pela necessidade controlar os territórios agrícolas e tem como consequência, de uma parte, a submissão do mundo agrícola aos Estados capitalistas, que deveriam, para manter suas condições de acumulação, impedir o desenvolvimento industrial desses territórios anexados. De outra parte, o imperialismo suscitaria o acirramento da rivalidade entre os Estados capitalistas industriais – rivalidade essa que não se limitaria, é claro, ao âmbito comercial, estaria na origem do militarismo e da tendência ao conflito aberto entre esses Estados. É preciso enfatizar, porém, que na percepção de Kautsky esse sistema de rivalidades, por mais importante que fosse naquele momento específico, não se apresentava como tendência permanente ou necessária. A política imperialista, que não se derivava de modo algum da formação de monopólios ou do capital financeiro, era apenas aquela que melhor convinha ao capital naquele momento, mas poderia perfeitamente ser substituída, tão logo houvesse outra política que melhor se ajustasse aos desígnios do capital. Era exatamente essa a aposta de Kautsky (2002, p. 460 *et seq.*) quando descreveu a tendência à emergência de uma nova política de paz, o ultraimperialismo.¹⁶

Tal como Kautsky, Luxemburgo deu ao imperialismo uma raiz absolutamente diversa da necessidade de periodização histórica do capitalismo. Diferentemente de Kautsky, porém, o imperialismo é considerado, em Luxemburgo, uma *lei de movimento inerente ao modo de produção capitalista*. Assim sendo, o fenômeno não se restringiria àquele período do desenvolvimento capitalista, mas estaria sim indissolúvelmente associado a esse modo de produção.

medida que evolui, a indústria se vê defronte a um problema inusitado do ponto de vista da produção agrícola, a dificuldade de realização de suas mercadorias ocasionada pela concorrência. Considerando em seu conjunto todos esses fatores, conclui Kautsky (2002, p. 455), configura-se “a tendência, dentro de um determinado território, para o desenvolvimento mais rápido da produção industrial que da produção agrícola”, cujo efeito não poderia ser senão crises periódicas de superprodução capazes de restabelecer o equilíbrio entre os setores da produção

¹⁶ O conceito de *ultraimperialismo* foi cunhado justamente como forma de demonstrar que o desenvolvimento da própria política imperialista apontava para outra direção. Segundo ele, os efeitos negativos da guerra sobre a atividade comercial e os elevados gastos que essa política requer tornavam o imperialismo insustentável, mas tais efeitos não ameaçavam o capitalismo em si. O desfecho histórico mais provável seria, efetivamente, o fim das animosidades internacionais, um armistício, ou mais, um alinhamento propriamente dito, das potências imperialistas mais fortes.

Luxemburgo chegou à teoria do imperialismo como consequência direta de sua teoria das crises, por sua vez extraída dos *esquemas de reprodução* de Marx. Para ela, a análise de Marx desses esquemas era francamente incorreta, porque não extraía dali as devidas conclusões – especialmente, porque não enfatizava o fato de que a acumulação de capital cria uma tendência permanente ao subconsumo/sobrecumulação. Posto de modo sintético, em sua crítica a Marx, Luxemburgo argumenta que a reprodução do modo de produção capitalista não propicia condições para a realização da mais-valia criada e ampliada período após período de produção. Por outro lado, ela observa que não haveria motivos para se supor que os elementos materiais necessários à ampliação da produção capitalista se encontram sendo produzidos de modo capitalista.¹⁷

Assim, a solução de Luxemburgo ao suposto problema dos esquemas de reprodução sugere que o único modo pelo qual o capital pode evitar crises de realização é avançando sobre as esferas ainda não-capitalistas do mundo. Dito de outro modo, a reprodução “normal” do modo de produção capitalista dependeria do necessário enlaçamento deste com outros modos de produção. Nesse sentido, Luxemburgo considera que o imperialismo era na verdade a expressão da própria acumulação de capital. Em suas palavras:

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital. Geograficamente essas áreas abrangem, mesmo hoje, vastas regiões da Terra. Em comparação com a massa enorme de capital já acumulado nos velhos países capitalistas, do capital que luta por encontrar novos mercados para seu mais-produto e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, e em função da rapidez com que hoje se transformam as culturas pré-capitalistas em capitalistas, ou, em outras palavras, em comparação com o alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do capital, esse campo que lhe resta para a expansão parece mínimo. É isso que determina forma de atuação do capital internacional no cenário mundial. Dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta entre os países capitalistas na conquista das regiões não-capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não-capitalista, como agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes. (Ibidem, p. 305)

O imperialismo em Rosa Luxemburgo aparece, em suma, como um processo de colonização capitalista do mundo. Segundo ela, apesar de depender da existência de sociedades não-capitalistas a fim de viabilizar sua reprodução, a atuação do capital sobre essas sociedades não pode ser senão destrutiva. Em si, a *economia natural* nada teria a oferecer para o capital se não se apresentasse como mercado consumidor, reservatório de força de trabalho e de recursos que lhe sirvam como

¹⁷ Luxemburgo (1985, p. 227 *et seq.*). Escapa aos objetivos do presente trabalho proceder uma análise pormenorizada sobre os esquemas de reprodução de Marx e da forma como Luxemburgo apreende o tema. Como exposto, o problema seria que, com a reaplicação da mais-valia no processo produtivo, determinada pela reprodução em escala ampliada, retirava-se do sistema a possibilidade realização das mercadorias em que tal mais-valia se encerrava – razão pela qual Marx teria introduzido o produtor de ouro como uma solução *ad hoc* para que os esquemas de reprodução se fechassem sem a necessidade imanente de crises. Mesmo sem entrar em maiores controvérsias, deve-se assinalar que nos parece um tanto descabida a crítica da autora, particularmente por creditar a Marx uma descrição da acumulação de capital como um processo isento de crises. Algumas apreciações críticas sobre o tema dos esquemas de reprodução em Luxemburgo podem ser encontradas em Bukharin (1972), Rosdolsky (2001, capítulo 30), Carcanholo (1996) e Aquino (2008).

meios de produção. Logo, para se beneficiar dessas regiões, o capital deveria dissipar suas formas originais de produção e implantar crescentemente ali formas que lhe fossem compatíveis.¹⁸ Estabelecendo um paralelo com a forma de irrupção do modo de produção capitalista, Luxemburgo vê na transformação imposta à economia natural um processo violento. A exemplo do que ocorrera durante a *acumulação primitiva*, para se instaurar nos novos territórios o capital precisaria dizimar as formas anteriores de organização social, criar a separação entre força de trabalho e meios de produção etc. Assim, a política colonial, de certo modo, repetiria a história do capitalismo. A expansão territorial necessária à acumulação capitalista dissolveria, pela força, as relações sociais típicas da economia natural, implantando ali economias mercantis, que, nessa visão, apresentam-se primeiro como “economias mercantis simples”, apenas para, mais uma vez, destruir a economia camponesa assim formada e pôr em seu lugar a produção capitalista propriamente dita.

Luxemburgo (1985, p. 255 *et seq.*) se ocupa longamente de esmiuçar os métodos pelos quais o capitalismo realiza progressivamente essas transformações no mundo. Primeiramente, a autora tenta mostrar que a destruição da economia natural não pode abster-se de utilizar a força. O capitalismo procederia por meio de guerras violentas, da imposição aos nativos de fortes impostos, enfim da conquista territorial e submissão de seus povos. Ao mesmo tempo, com a implantação de novos meios de transporte e a abertura de novas rotas cruzando esses territórios, seria promovida a disseminação das trocas e da produção mercantil, necessária para que essas regiões se transformassem em um mercado capaz de realizar a mais-valia das nações capitalistas. Introduzidas as relações mercantis, a superioridade produtiva da indústria capitalista, assim como a manutenção da “pressão tributária, o malbarato e monopolização das terras do país”, selariam a derrota da economia camponesa. (Ibidem, p. 271-272) O resultado da dissolução da economia camponesa seria, portanto, a paulatina instauração da produção propriamente capitalista. Com isso, a tendência passa a ser a de que essas regiões se engajem na luta por sua emancipação (capitalista) e por uma revolução de sua “estrutura estatal arcaica”, de modo a pôr em seu lugar outra, mais adequada ao capitalismo. Chegada essa fase, o capital faria dos empréstimos internacionais seu método principal de atuação – permitindo às nações capitalistas mais antigas transformarem em capital o dinheiro de todas as camadas da sociedade e em capital produtivo o capital-dinheiro ocioso (além do que, por meio desses empréstimos, as velhas nações poderiam “tutelar” politicamente os novos Estados

¹⁸ É preciso notar que, embora se encontre na “dialética entre o interno e o externo” a explicação de Luxemburgo para o imperialismo, não se deve confundir as “esferas externas”, isto é, não-capitalistas, meramente com as *regiões* não-capitalistas do mundo. Nesse sentido, a produção capitalista requer o recurso a setores ou esferas não-capitalistas, mas muitas vezes é possível que isso ocorra, não pela expansão sobre regiões inteiras ainda excluídas desse modo de produção, mas pela relação com “camadas sociais” não-capitalistas que podem existir mesmo dentro de países e regiões já dominadas pelo capital. Como posto em certa altura de sua “anticrítica”: “todo mundo sabe que jamais houve, nem mesmo existe hoje, país algum em que só haja produção capitalista, ou só existam capitalistas e trabalhadores assalariados”. (Ibidem, p. 338) Não obstante, está claro que, para autora, conforme o capital esgota o raio de atuação no interior de cada nação se tornaria cada vez mais necessário se expandir sobre as regiões não-capitalistas.

capitalistas). Historicamente, sugere Luxemburgo, esta última etapa ocorre justamente no *período imperialista* ou *fase imperialista da acumulação*. Mas há paralelos entre sua descrição de uma nova fase histórica aqui e as outras formulações já vistas até aqui?

O aspecto decisivo do conceito de “imperialismo” adotado por Luxemburgo é o caráter contraditório da acumulação capitalista, que torna necessária sua expansão sobre camadas e territórios não-capitalistas do mundo. Sem embargo, vê-se agora que a autora crê também que seria possível caracterizar o início do século XX como um *período imperialista*, definido como “a fase da concorrência capitalista internacional [que] compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que este processava a realização de sua mais-valia”. (Ibidem, p. 287) A tônica da descrição luxemburguista desse “período imperialista” é a disputa internacional pela aquisição dos cada vez mais escassos territórios não-capitalistas e, simultaneamente, a finalização da transição capitalista em certos Estados, que faria acirrar-se as rivalidades entre as nações. Mesmo falando em uma fase imperialista da acumulação, temos que por sua própria descrição, o imperialismo não era, na concepção de Luxemburgo, um fenômeno particular apenas a essa fase, mas um processo muito anterior responsável, inclusive, por conferir inteligibilidade ao acirramento das rivalidades que ali tinha lugar.

* * * * *

Antes de concluir essa seção, convém observar que a separação entre o imperialismo e a “última fase” do desenvolvimento capitalista, presente nas perspectivas de Luxemburgo e Kautsky, levou-os a receber um mesmo tipo de crítica, elaborada especialmente por Lênin (1979) e Bukharin (1988; 1972). No debate contra Kautsky,¹⁹ Lênin aponta, em primeiro lugar, que a definição postulada por Kautsky associava, de modo absolutamente arbitrário, o imperialismo exclusivamente à anexação de territórios agrícolas – deixando de ver com isso que nessa fase do capitalismo cabia ao capital financeiro o papel predominante. Em segundo, Lênin (1979, p. 644) defende sua posição, explicando porque o imperialismo deveria sim ser enxergado como uma fase, e não como mera política:

O essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não monopolista, não

¹⁹ Kautsky (2002b, p. 471) já havia criticado especificamente a postura adotada por Lênin ao associar o imperialismo à nova fase do imperialismo. Em suas palavras: “Ele [Hilferding] evitou empregar o termo “imperialismo”, já universalmente utilizado, para definir essa recentíssima fase do capital. Com o termo “imperialismo”, ele designa um particular tipo de política, não uma “fase econômica”. O imperialismo, de acordo com ele, é a política favorita do capital financeiro. Creio que temos todos os motivos para permanecer fiéis a essa distinção entre capital financeiro como causa e imperialismo como efeito. Isso corresponde ao uso lingüístico que entende por imperialismo um particular sistema de política. Os vários autores que tratam do imperialismo divergem sobre a definição de aspectos peculiares dessa política, mas quase todos estão de acordo em considerá-lo como sistema político e não como “fase econômica” não como “capitalismo avançado, potencializado”, mas como a política das frações capitalistas dominantes na fase do capitalismo avançado”.

violento, não anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo.

Bukharin (1988, p. 129-139) igualmente recusa a teoria de Kautsky – não a desqualificando *a priori*, mas a tomando como uma possibilidade meramente hipotética. Tanto Lênin quanto Bukharin indicavam, de certo modo, que, do ponto de vista teórico, a análise de Kautsky só chegava aos resultados que chegou porque se orientava em sentido estritamente econômico (economicista).²⁰ O objetivo principal dos autores, no entanto, era tentar demonstrar que a posição de Kautsky, particularmente quando levada a seus limites, na tendência ao ultraimperialismo, produzia sérias consequências políticas. Segundo eles, na medida em que exasperava tendências econômicas para defender uma coexistência pacífica sob o modo de produção capitalista, Kautsky fornecia argumentos para o reformismo. Como observa Teixeira (2002, p. 331): a teoria de Kautsky apresentava “como estratégia para a social-democracia, o apoio à fração da burguesia que queria a paz e a luta pelo desarmamento”, posição que foi aprovada no Congresso do SPD (o partido comunista alemão, do qual Kautsky era dirigente) de 1912 e da qual “não recuou nem mesmo quando se iniciou a Primeira Guerra Mundial”.

Já com relação à teoria de Luxemburgo, Bukharin (1972, p.252) também sugere que o principal problema estava em perder de vista a associação entre o imperialismo e a era do capital financeiro. Justamente por isso, a descrição dela padeceria de incorreções históricas profundas como, por exemplo, a de não se considerar imperialismo a luta entre países capitalistas pelo controle de regiões já capitalistas, ao mesmo tempo em que, obrigava considerar uma expressão do imperialismo episódios como a luta dos Estados português e espanhol no continente americano imediatamente após sua descoberta.²¹ Para Bukharin, o problema é que, apesar de Luxemburgo criticar Marx por ter raciocinado em termos “muito gerais”, ignorando que na realidade o capitalismo nunca esteve isolado dos modos de produção não-capitalistas, ela mesma tenta fazer do imperialismo uma lei geral, perdendo de vista a ligação entre o imperialismo, os monopólios e o capital financeiro.

Em síntese, de acordo com Bukharin a abstração marxiana dos “ambientes externos ao capitalismo” era correta porque essa não era uma *necessidade* do capital, mesmo que concretamente o capitalismo sempre se aproveitasse da possibilidade de expropriar e destruir os ambientes não-capitalistas. Chegar-se-ia, assim, ao “coração do problema”: em seu afã de explicar a expansão capitalista e a violência de tal modo cometida contra os povos ainda não-capitalistas, Luxemburgo

²⁰ Cf. Fontes (2008, p.81).

²¹ Cf. Bukharin (1972, p. 253-4)

enfatuaria a *realização da mais valia* e não a *busca por maiores lucros*. Esta seria, segundo Bukharin, a razão real da expansão capitalista, encontrar lucros aumentados, fosse porque os lucros estivessem deprimidos em seu país de origem, fosse porque o capital se aplicado no exterior era capaz de obter um lucro extraordinário – o que poderia ocorrer por meio do recurso à força, ao roubo, ao saque etc. desses países, mas também graças à diferença de produtividade dos capitais de cada país.²² Por isso, conclui Bukharin, o imperialismo é produto de uma etapa particular e há na verdade apenas uma “lei geral” na relação entre os modos de produção capitalista e não-capitalista, qual seja, a absorção dos últimos até o limite de seu desaparecimento. (Ibidem, p. 243-7)

3. O status teórico do imperialismo na tradição marxista clássica

3.1. Entre o geral e o particular

O debate sobre imperialismo parece padecer, desde seu período clássico até o presente, de uma dualidade, dada pelas considerações teóricas mais complexas, de um lado, e as análises quase conjunturais, de outro. Marx, por exemplo, nunca tratou teoricamente, de modo sistemático, do imperialismo, mas escreveu sim sobre temas diretamente relacionados à temática. A maior parte dessa produção se encontrava, porém, em artigos para jornais e revistas dos quais era colaborador. Nesses artigos, Marx tratava fundamentalmente de assuntos conjunturais, relacionados principalmente à atuação da coroa britânica na Índia e na China.²³ Os escritos dos autores clássicos, alternativamente, buscavam apropriar-se da teoria marxiana para dar ao imperialismo tratos teóricos em mais alto grau de generalidade. Mas qual seria efetivamente o lugar adequado da categoria imperialismo dentro do espectro possível de análises entre a mera conjuntura e a análise das “estruturas profundas” do capitalismo?

Se admitirmos a posição defendida apenas por Rosa Luxemburgo, seria conferido ao imperialismo o estatuto de uma *lei geral* de movimento do modo de produção capitalista. Precisamente por considerar que o imperialismo era uma lei geral, partia-se da suposta insuficiência analítica de Marx que o haveria impedido de perceber a necessidade de tal categoria. Em Kautsky, ao contrário, o imperialismo assumia a forma de *absoluta contingência*: a “política imperialista”, como ele definiu, não estava inexoravelmente ligada nem ao modo de produção capitalista em geral, nem a sua fase monopolista em particular. Seria apenas uma possibilidade, levantada por questões

²² Bukharin (1972, p. 245) se apoia aqui na noção de que capitais mais produtivos são capazes de se apropriar de um sobre-lucro no comércio internacional (apontando que seria, nesse particular, irrelevante a diferença entre o comércio internacional e a exportação de capital como meio para realizar esse sobre-lucro).

²³ Cf. Marx & Engels (1973). Os escritos de Marx e Engels sobre os efeitos do imperialismo britânico no Oriente, assim como sobre o imperialismo dos Estados Unidos no continente americano, são frequentemente criticados por terem focalizado quase exclusivamente o *caráter progressista* da dissolução de sociedades tradicionais, levando para aqueles territórios um novo modo de produção. Bianchi (2010) realiza um apanhado crítico extremamente relevante desses escritos mostrando uma alteração na perspectiva do próprio Marx que, em sua obra mais madura, teria passado a reconhecer a barbárie promovida pelo capital naquelas regiões.

em última instância conjunturais – que sequer refletiam a melhor forma pela qual o capital poderia postergar sua tendência imanente às crises, razão pela qual o autor acreditou na emergência posterior de uma política de ultraimperialismo.

Luxemburgo e Kautsky colocam-se em dois extremos do debate. O caminho da maioria dos pensadores clássicos, no entanto, ficava entre esses pólos. O imperialismo emergiria então como necessidade de um período histórico. Essa posição de alguma maneira “isentava” Marx de ter realizado uma análise mais pormenorizada do assunto, na medida em que o próprio fenômeno decorreria de um desdobramento histórico posterior ao momento no qual ele escrevera *O capital* – ou mesmo enaltecia sua obra por vislumbrar teoricamente tal possibilidade antes mesmo de ela ser uma realidade. Nesse caso, encarado como atributo necessário do capitalismo tão-somente em sua “fase monopolista”, o *imperialismo deveria ser a forma fenomênica de manifestação de leis de movimento desse modo de produção sob circunstâncias específicas*, sendo a tarefa principal justamente descrever, em toda sua extensão, que leis eram essas e de que modo sua afirmação (ou não-afirmação) naquele momento particular dava forma ao imperialismo.

Embora tanto nas descrições de Hilferding e Bukharin quanto na de Lênin o imperialismo seja encarado como a manifestação de certas leis em um momento particular, convém destacar que talvez seja possível diferenciá-las quanto a distintos graus. Para Hilferding e Bukharin o imperialismo aparece como uma forma de política o que abre margem para uma aproximação com Kautsky, no sentido de se questionar a *necessidade* de sua emergência. Em Lênin, alternativamente, o imperialismo aparece como algo dotado de leis bem mais gerais, já que o imperialismo aparece, ele mesmo, como uma nova fase da acumulação, que, aliás, confunde-se com o próprio modo de produção capitalista.²⁴

A busca pelo “lugar” da categoria imperialismo no interior da teoria marxista começa, portanto, por reconhecer que a dualidade presente ainda hoje em muitos desses estudos pode ter muito que ver com as próprias indefinições do debate já em sua origem. Para entender algumas das razões que motivaram os autores aqui analisados a assumir tal postura, que coloca a teoria do imperialismo constantemente a equilibrar-se entre o *geral* e o *particular*, devemos agora adotar uma postura pouco mais distanciada com relação a essas considerações e analisá-las partindo de seu próprio referencial: o aparato teórico desenvolvido em *O capital*, de Marx.

²⁴ Segundo Lênin (1979, p. 591. Grifos nossos): “o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. *O capitalismo transformou-se em imperialismo*”.

3.2. Continuando *O capital* ?

A ideia de que a teoria do imperialismo deveria necessariamente tratar de uma etapa histórica de certo modo correspondia a uma estratégia de continuação da obra marxiana. Essa estratégia amparava-se na observação de que o método adotado por Marx em *O capital* fazia com que ele caminhasse em direção a uma análise cada vez *mais concreta*. De acordo com Callinicos:

[Uma estratégia para dar continuidade ao trabalho marxiano era] tornar o programa de pesquisa de Marx mais concreto através da construção, sobre este, de uma teoria evolucionária sobre os sucessivos estágios do desenvolvimento capitalista. Assim, Hilferding introduz o capital financeiro contrastando implicitamente com o que seria chamado o capitalismo “clássico” dos dias de Marx, onde a competição era relativamente irrestrita. [...] Por hora queria enfatizar que essa estratégia para continuar *O capital* desenvolvida por meio de uma teoria mais concreta de diferentes fases do desenvolvimento capitalista parece perfeitamente consistente com a perspectiva do próprio Marx. Mas tal abordagem também impõem restrições significativas a tais esforços, nomeadamente (para focar na questão em análise) que as conceituações do imperialismo devem ser condizentes com a explicação mais abstrata das relações constitutivas, tendências e mecanismos do modo de produção capitalista desenvolvida em *O capital*, ou, quando diferirem dessa explicação, oferecerem boas explicações para fazê-lo. (CALLINICOS, 2009, p. 34-5. Tradução nossa)

Mesmo percebendo que esse método não seria diretamente análogo à proposta de Max de passar da análise de categorias mais abstratas às categorias mais concretas em sua descrição do modo de produção capitalista, Callinicos ao julgar positivamente a proposta dos teóricos do imperialismo, parece deixar confundirem-se movimentos teóricos que vão daquilo que é *mais abstrato* para o que é *mais concreto*, com as análises que vão daquilo que é *geral* (entendido como que é próprio ao modo de produção capitalista) para o que é *particular* (isto é, a forma particular de manifestação de uma legalidade em um momento particular da história). Nesse sentido, a título de ilustração, note-se: as categorias mais concretas, tratadas por Marx no livro III de *O capital*, não são por isso menos gerais que as categorias abstratas, desenvolvidas no livro I. Igualmente, a categoria imperialismo, seja ela considerada abstrata ou concreta, se tratada como fenômeno particular, não adquire o *status* de lei geral do modo de produção capitalista.

Existe, porém, algo mais que deve nos orientar quando nos questionamos sobre a possibilidade de a teoria do imperialismo ser enxergada como uma continuação da obra marxiana. Se a teoria do imperialismo deve, de fato, ser tratada como uma sequência a *O capital*, então é preciso ter especial atenção àquilo que se estabelece como ponto de separação com relação a Marx. Essa distinção se faz essencial porque sobre ela parecem repousar muitas (e justificadas, diga-se) dúvidas. Mesmo não havendo aqui tempo para fazer mais do que a *indicação de alguns problemas*, é preciso tecer ainda breves considerações sobre o lugar do imperialismo dentro de uma *hierarquia categorial* mais ampla. A questão, nesse caso, e devemos enfatizar que aqui não se pretende mais do indicá-las para um tratamento posterior, diz respeito (i) à relação entre a categoria imperialismo e as categorias concorrência e monopólio; e (ii) à relação entre a categoria imperialismo e a teoria do valor.

Entendido como a manifestação de certas leis do capitalismo, o imperialismo liga-se diretamente às tendências à concentração e à centralização do capital, descritas por Marx (1985b, p. 196) em seu famoso capítulo sobre a *lei geral da acumulação capitalista*. Com base em tais tendências, conheceríamos o modo pelo qual se processa a acumulação capitalista, por meio da concentração de capital, da ampliação dos capitais individuais e do número de capitais, e da centralização de capital, responsável por, através do crédito e da concorrência, colocar à disposição de número sempre mais restrito de capitalistas a riqueza social.²⁵ Em Marx, essas tendências são descritas como duas faces de um processo que coloca cada vez mais a serviço do capital toda a riqueza da sociedade, possibilitando sua produção em escala crescente – e, como apontaram os teóricos do imperialismo, permite de imediato vislumbrar (uma vez mais) a tendência à formação do mercado mundial. O problema é que ao descrever a operação dessas tendências Hilferding, no que foi seguido por Bukharin e Lênin, vê também um modo pelo qual a concorrência entre capitais daria lugar a “seu oposto”, o monopólio. A esse respeito ninguém é tão taxativo quanto Lênin (1979, p. 590):

Há meio século, quando Marx escreveu *O Capital*, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato.²⁶

O problema central nesse caso é que, no coração da teoria do imperialismo, coloca-se uma categoria, o *monopólio*, cujo tratamento parece antes ter saído de livros de economia convencional que de um debate balizado com Marx. Em Marx não se levanta qualquer oposição entre concorrência e os processos de concentração/centralização de capital pelo simples fato que a categoria concorrência não se prende ao número de empresas existentes ou a seu poder de alterar os preços no mercado, mas ao fato de que capitais individuais estão em permanente disputa.²⁷ Se a

²⁵ Fontes (2010, p. 41 *et seq.*) aponta ainda, de modo muito acurado, diga-se, que o processo de concentração possui como contraposto direto a crescente expropriação, que começa com a proletarianização do produtores (a separação entre trabalhadores e o acesso aos meios de produção sem a mediação das relações capitalistas) e atinge os mais diversos níveis da sociedade, colocando cada vez mais a tudo e a todos dentro dessa formação social sob os desígnios do capital.

²⁶ Justiça seja feita, Lênin também afirma que o monopólio se constrói sobre (e continua sempre a coexistir ao lado da) livre-concorrência. Em suas palavras, “Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos”. Não obstante, isso em nada altera o ponto central neste momento: a ideia de que o autor, como também notavelmente Hilferding e Bukharin, via o monopólio como o contrário de concorrência. Talvez o monopólio fosse engendrado espontaneamente pela concorrência e talvez continuasse a existir em certos ramos ao lado desta, mas para Lênin, o monopólio se apresenta como uma limitação da concorrência nos ramos em que se instala.

²⁷ Como observa Shaikh (1990, p.52): “Na análise de Marx, ambos os fenômenos [concentração e centralização] emanam da batalha da concorrência e, por sua vez, servem para intensificá-la. Na economia burguesa, sem embargo, o conceito de concorrência ‘pura’ ou ‘perfeita’ implica que toda concentração ou centralização de capital é antitética à concorrência. Uma vez que se identifica a concepção burguesa com a realidade da concorrência em um estágio primitivo e/ou com a análise que fez o próprio Marx, o fato histórico da concentração e da centralização crescentes

oposição entre concorrência e monopólio não pode ser afirmada sobre tais bases, tampouco seria correta a oposição entre uma fase de livre-concorrência do capitalismo e uma fase monopolista.

Detectando o problema associado a essa descrição dos fenômenos concorrência e monopólio, Astarita (2009, p. 19 *et passim*) sugere a existência de uma dualidade, que não só afasta a ideia de que a teoria clássica do imperialismo deu continuidade a *O capital*, mas que até mesmo contrapõe essas análises à de Marx. De um lado estariam, então, “Hilferding e Lênin, que dizem que os preços se estabelecem pelo poder de mercado das corporações” e de outro Marx que “sustenta que os preços se determinam de maneira objetiva nos mercados, através da concorrência”. (Ibidem) Para Astarita, essa diferença constitui efetivamente *duas teorias do valor*. Ainda que não se concorde aqui integralmente com a análise do autor,²⁸ sua proposta levanta uma dimensão adicional de crucial importância: a relação que se supõe existir entre a teoria do imperialismo e a teoria do valor de Marx.

Em Astarita a lei do valor é descrita basicamente como um meio de distribuição da riqueza. Ele vê na teoria clássica do imperialismo um problema inaceitável porque negaria o caráter aleatório dessa distribuição, advindo de não ser a distribuição regulada de nenhum modo consciente e sim pela operação “cega” das forças da concorrência – cuja força teria permanecido inalterada, a despeito do que imaginavam Hilferding e Lênin. Não se pretende, obviamente, negar que a teoria de Marx tenha algo a dizer sobre o modo como o valor é repartido, mas, parece-nos, essa é dentro da perspectiva do autor uma questão subordinada. Subordinada, porque, antes de um “mecanismo de distribuição da riqueza”, o *valor* seria o reflexo estranhado do trabalho humano em uma sociedade na qual esse trabalho assume a forma mercadoria.²⁹ Talvez alguns possam argumentar que essa discussão parece muito distante dos problemas tratados pela teoria do imperialismo, mas as consequências dessa interpretação não são poucas e se nosso objetivo é o de conhecer o lugar da categoria imperialismo é preciso justamente enquadrá-lo dentro de uma hierarquia categorial mais ampla.

representa *prima facie* a prova da quebra da concorrência, o ascenso da ‘concorrência imperfeita’, do oligopólio e do monopólio. Dentro da economia marxista, a tradição dominante originada por Hilferding e desenvolvida por Kalecki, Steindl, Baran e Sweezy, faz exatamente essa identificação”.

²⁸ Vale dizer, há pelo menos dois sentidos nos quais não se pode concordar com Astarita. Em primeiro porque, em nossa avaliação, sua exposição da teoria clássica do imperialismo é por demais caricatural e a supõe muito mais simplista e unilateral do que ela de fato é. Em segundo, porque ao contrapor de tal modo a teoria do imperialismo clássica e a “teoria do imperialismo de Marx” o autor parece esquecer que Marx não elaborou realmente uma teoria do imperialismo, que sequer essa era uma categoria de análise sua. Nesse sentido fica claro que a oposição proposta não é entre Marx e a teoria clássica do imperialismo, mas entre esta e a interpretação de Astarita da teoria marxiana.

²⁹ Uma crítica desse juízo da teoria do valor, compartilhado por Astarita entre tantos outros, pode se amparar, por exemplo, em Duayer & Medeiros (2008).

4. A título de conclusão

É fato sempre lembrado que constava nos planos de estudo de Marx a pretensão de dedicar um volume, jamais escrito, de *O capital* apenas à análise da articulação do mercado mundial. Em *O capital*, Marx (1985a, p. 13) procurou descrever os traços fundamentais da presente formação social: como posto ainda no prefácio da primeira edição, sua “finalidade última” era descobrir a “lei econômica de movimento da sociedade moderna”. Considerar, portanto, que o autor pretendia dedicar os últimos volumes da obra às análises do comércio exterior e do mercado mundial pode, igualmente, apontar para o fato de que a expansão mundial do capital era ela mesma dotada de legalidades que fazem parte das leis gerais de desenvolvimento capitalista.³⁰ De fato, independentemente das circunstâncias que impossibilitaram o autor de cumprir tal plano, há em sua obra inúmeras indicações que apontam para a *vocação* do capital de se auto-ampliar, de se expandir geograficamente e formar efetivamente o mercado mundial. O caráter inconcluso da obra marxiana deu ensejo a *propostas de continuação* e com essas propostas, não muito depois do óbito do autor, surgiram as primeiras teorias do imperialismo de inspiração marxista. Apesar da proposta legítima, no entanto, a teoria clássica não conseguiu chegar a uma conclusão sobre qual seria o lugar adequado para a categoria imperialismo dentro do aparato interpretativo marxista.

Seria um exercício fútil e interminável tentar descobrir o que escreveria Marx no tal volume não escrito de *O capital* – e um equívoco crasso imaginar que só assim se poderia avaliar a correção das respostas oferecidas pela teoria clássica do imperialismo. A despeito de suas dificuldades, é preciso não perder de vista que a teoria clássica do imperialismo pretendeu oferecer respostas a questões concretas de seu tempo, particularmente tentando explicar a notável militarização das relações internacionais e a crescente atuação do capital em regiões até então marginais ao sistema capitalista. Não obstante, especialmente nesse momento de retomada do debate sobre o imperialismo, é preciso voltar a discutir parte dos problemas ali envolvidos, em ordem de informar um debate sobre o imperialismo que de fato permita entender, e *transformar*, a sociedade em que vivemos.

³⁰ Rosdolsky (2001, p. 61) registra que em 1858 o plano de obra de Marx era composto por: I. O Capital; II. A propriedade fundiária; III. O trabalho assalariado; IV. O Estado; V. O Comércio exterior; e VI. O Mercado Mundial. Note-se, porém, que a partir das notas sobre outras estruturas pensadas por Marx para *O capital*, alguns estudiosos defendem que esse plano não ficou apenas incompleto, mas foi conscientemente abandonado pelo autor. As razões que teriam levado Marx a reformular seus planos permanecem apenas especuladas, porém, e poderiam ir desde a percepção da ausência de tempo para cumprir tal projeto à decisão de apenas incorporar tais temáticas em outros momentos da obra.

Referências

- ANDREUCCI, Franco. A questão colonial e o imperialismo. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da segunda internacional (terceira parte)*, v. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- AQUINO, D. As contradições da reprodução do capital social: o status dos esquemas de reprodução numa teoria de crise marxista. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*, João Pessoa, 2008.
- ASTARITA, Rolando. *Monopolio, imperialismo e intercambio desigual*. Madrid: Maia, 2009.
- BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora de lugar. *Política & sociedade*, v.9, n. 16, abril 2010.
- BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1990.
- BUKHARIN, Nicolai I. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. Abril Cultural, 1984.
- _____. Imperialism and the Accumulation of Capital. In: TARBUCK, K. (Ed.). *Imperialism and the Accumulation of capital*. Nova Iorque; Londres: Monthly Review Press, 1972.
- _____. Toward a Theory of the Imperialist State. In: DAY, Richard (Ed.). *Selected writings on the state and the transition to socialism*. Armonk: M.E. Sharp, 1982.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. Cambridge: Polity, 2009.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, 1996.
- DUAYER, Mario & MEDEIROS, João Leonardo. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. *Revista de Economia*, v. 34, número especial, 2008.
- FONTES, Virgínia. Comentário: Kautsky e o imperialismo. *Revista história e luta de classes*, n.6, nov., 2008.
- _____. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- _____. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2002b.
- _____. Finance-capital and crises. *Social Democrat*, n. XIV, jul.-dec. 1911. Disponível em: <<http://marxists.org/archive/kautsky/1911/xx/finance.htm>>. Acesso em 12/01/2011.
- LÊNIN, Vladimir I. “Imperialismo Fase Superior do Capitalismo”. In: *Obras escolhidas*, v.1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MARX, Karl. *O capital*, v. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- _____. *O capital*, v. II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sobre el colonialismo*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital/Anticrítica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. “Capitalismo global e império norte-americano”. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2006.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.